

Aprovado. O proponente
prescinde do último parágrafo

**Exmo. Senhora Presidente da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do
Território e Poder Local,
Deputada Isaura Morais**

Assunto: Requerimento para audição urgente da Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares e o Coordenador de Projeto para a JMJ, José Sá Fernandes, no seguimento da entrevista dada por este aos órgãos de comunicação social sobre os ajustes diretos feitos para o evento.

Exma. Senhora Presidente da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local,

O CHEGA vem requerer a V/ Exa., a marcação de uma audição com carácter de urgência, com a Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares e o Coordenador de Projeto da JMJ José Sá Fernandes, no seguimento da entrevista dada por este aos órgãos de comunicação social, sobre os ajustes diretos feitos para o evento.

A Jornada Mundial da Juventude (JMJ) é um encontro de jovens de todo o mundo com o Papa. Inicialmente agendada para 2022 a JMJ em Lisboa viu-se adiada para 2023 devido à pandemia, e estiveram em Lisboa, cerca de 1,5 milhões de jovens, durante a semana de 1 a 6 de agosto.

Nunca tivemos um evento desta magnitude em Portugal, tendo a sua organização sido dividida entre a Igreja (Comité Organizador Local), presidido por D. Américo Aguiar, as Câmaras Municipais de Lisboa, Loures e Oeiras, e posteriormente Cascais, e o Governo, sob tutela da Senhora Ministra dos Assuntos Parlamentares, e designado pelo Governo coordenador do projeto José Sá Fernandes, e cujo papel de cada uma das entidades, ficou definido num

memorando de entendimento, assinado por todos os intervenientes, sobre a área de ação de cada um (quem tem a responsabilidade do quê).

No orçamento de Estado para 2023 foi aprovada uma proposta que permite o recurso ao procedimento por ajuste direto, a dispensa da fiscalização prévia do Tribunal de Contas e a exceção das despesas para o cálculo do limite ao endividamento. Um aditamento ao artigo 118.º do OE2023, prevê que "para a celebração de contratos que tenham por objeto a locação ou aquisição de bens móveis, a aquisição de serviços ou a realização de empreitadas de obras públicas e se destinem à organização, programação, conceção e implementação da JMJ, as entidades adjudicantes podem iniciar procedimentos de ajuste direto quando o valor do contrato for, simultaneamente, inferior aos limiares referidos nos n.ºs 3 ou 4 do artigo 474.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para além disso não são aplicáveis as limitações constantes do n.º 1 do artigo 32.º, nem as exigências de fundamentação previstas no n.º 3 do artigo 36.º no n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP.

Segundo a proposta, os contratos celebrados ficam dispensados de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, devendo ser eletronicamente remetidos àquele tribunal para efeitos de fiscalização concomitante, até 10 dias após a respetiva celebração e acompanhados do respetivo processo administrativo. Os encargos decorrentes da celebração dos contratos que se destinem à realização da JMJ 2023 não são também considerados para efeitos do limite da dívida.

Muito se tem escrito e falado nos últimos dias sobre os gastos com a Jornada Mundial da Juventude. Hoje em entrevista a um órgão de Comunicação Social, o coordenador do projeto José Sá Fernandes que após ser nomeado dizia não saber quanto iria custar o evento, afirmou desconhecer o número de ajustes diretos efetuado pelo Governo e que os mesmos correspondiam a 1/10 (um décimo) daquilo que o Governo gastou.

É neste contexto, e como fundamentação para o agendamento desta audição, que o Grupo Parlamentar do CHEGA vem solicitar a V/ Exa. que tome as diligências necessárias à audição urgente da Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares e do Coordenador de Projeto da JMJ José Sá Fernandes, a fim de esclarecer de uma vez por todas os gastos do Governo com a organização da JMJ e desses gastos quais foram realmente através de ajuste direto e o porquê de não se ter recorrido a outro método de contratação.

A bem da transparência, e conscientes da autonomia do poder local, o CHEGA entende que deveriam ser igualmente convidados os senhores presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa, Loures, Oeiras e Cascais, para esta mesma audição.

Palácio de S. Bento, 8 de agosto de 2023,

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Bruno Nunes